AS MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO: CONTINUIDADES E RUPTURAS DE PAPÉIS SOCIAIS DE GÊNEROS NA PÓS-MODERNIDADE

WOMEN IN THE WORKPLACE*:* CONTINUITIES AND RUPTURES OF SOCIAL ROLES OF GENDER IN POST-MODERNITY

Luciana Codognoto Silva[1]

RESUMO: Nos últimos anos, importantes produções teóricas têm sido realizadas no campo das Ciências Humanas, de forma a voltar olhares ao corpo, uma vez que ele tem assumido novos significados como forte agenciador dos processos de subjetivação de homens e mulheres ao longo do tempo e dos diferentes espaços sociais. Neste sentido, é preciso advertir que as mulheres estiveram relegadas aos papéis binários de mãe, esposa e vida privada, sendo pouco percebidas em suas particularidades no âmbito histórico e nas discussões propostas pela historiografia. Sendo assim, esta pesquisa tem o objetivo de problematizar como a História tratou os corpos – biológico e social – e os gêneros, de maneira a enfatizar os traços que se sobressaíram em determinados períodos, produzindo um refazer de metodologias de análises que abrem caminhos para estudar a história das mulheres no mundo do trabalho não restrito à esfera privada do lar. A metodologia está voltada ao estudo bibliográfico, amparando-se nas discussões propostas pelas análises das relações de gêneros e de poder e da história das mulheres. Por fim, pode-se dizer que, apesar dos avanços conquistados pelas mulheres no mundo do trabalho, ainda há prevalências de disparidades sociais e hierárquicas nestes espaços sociais, sedimentando bases desiguais de poderes entre homens e mulheres, mais comumente observadas nos setores das remunerações salariais, de cargos e carreiras e no espaço privado do lar, considerado o reduto por excelência do feminino.

Palavras-Chave: História das Mulheres; Relações de Gêneros e Poder; Público – Privado.

ABSTRACT: In recent years, important theoretical productions have been performed in the field of Human Sciences in order to return looks to the body, since it has taken on new meanings as strong bookie subjective processes of men and women over time and different social spaces. In this sense, we must warn that women were relegated to the mother of binary roles, wife and privacy, with little perceived in its particularities in the historical context and discussions proposed by historiography. Thus, this research aims at as discuss the history treated the bodies - biological and social - and genres in order to emphasize the traits that stood out in certain periods, producing a remake of methodologies analyzes that pave the way to study the history of women

[1] Docente no Curso de Turismo da Unesp/Rosana. Doutoranda em Psicologia – UNESP/Assis. Mestre em História – PPGH/UFGD.

in the workplace not associated with the private sphere of the home. The methodology is focused on the bibliographical study, holding up the discussions proposed by the analysis of gender relations and power and women's history. Finally, it can be said that despite the advances made by women in the workplace, there is still prevalence of social and hierarchical differences in these social spaces, settling unequal bases of power between men and women, most commonly seen in the sectors of rates of pay, positions and careers and the private space of the home, considered the stronghold par excellence of the female.

Keywords: History of Women; Gender Relations and Power; Public - Private.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem a finalidade de apresentar uma breve análise da história das mulheres e das relações de gêneros vinculadas ao mundo do trabalho. Para tanto, propõe-se discutir as permanências, as mudanças e os desafios da trajetória feminina nos espaços sociais e suas (re) significações na vida de homens e mulheres na chamada pós-modernidade. Ser mãe, esposa e dona de casa era considerado o destino natural das mulheres. Na ideologia dos anos dourados, ocorrida durante a década de 1950, os ideais de casamento, de dedicação ao lar e de maternidade faziam parte do que consistia ser a essência feminina. Em contraponto, percebe-se que, nas décadas subsequentes, as mulheres foram produzindo rupturas nos padrões tradicionais de gêneros, os quais se mostram presentes na realidade construída/vivida por elas, principalmente no mercado de trabalho brasileiro.

Embora tenha havido importantes conquistas em relação à participação feminina no mundo do trabalho, surge a necessidade de novas análises e problematizações sobre as formas pelas quais tais conquistas manifestam seus reflexos na atualidade. Ao assumir esse pressuposto, questiona-se: é possível falar em relações de gêneros mais igualitárias dentro dos limites laborais? Ou as práticas tradicionais de divisão sexual de papéis continuam a permear a vida e as atividades de mulheres e homens nos espaços privados e públicos da sociedade?

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, este estudo utiliza as contribuições teóricas propostas por Antunes (1995), Bruschini (2000/2007), Scott (1995) e demais autores/as, a fim de responder aos questionamentos acerca da participação feminina no mundo do trabalho e como as relações entre os gêneros incidem reflexos diretos na vida de muitas mulheres. Inicialmente, intentará discutir sobre o significado da categoria trabalho, atrelado às concepções históricas propostas pelos estudos de gêneros. Por fim, objetivará uma reflexão, mais aprofundada, sobre as continuidades e rupturas de gêneros e suas manifestações na vida de mulheres no âmbito do trabalho privado e público na chamada pós-modernidade.

GÊNEROS E TRABALHO: REVISITANDO DEBATES

A concepção de trabalho passou por diferentes entendimentos ao longo dos tempos e das sociedades. Etimologicamente, as palavras que mais se aproximavam dela – *labor e opus* – eram ligadas semanticamente à ideia de pena física e moral, consequências do pecado original, ou ainda, uma forma de oferenda a Deus por todo o esforço humano, o *Opus Dei*, tido como a liturgia dos monges. Enquanto definição, Albornoz concebe-o, simultaneamente, como: "[...] a ação de realizar uma obra que te expresse; que dê reconhecimento social e permaneça além da tua vida; e a de um esforço rotineiro e repetitivo sem liberdade, de resultado consumível e incômodo inevitável" (ALBORNOZ, 1994, p. 09). Para Antunes (1995), a ação do trabalho consiste na transformação de algum aspecto da realidade. Ao ser transformado em parte material, o mundo subjetivo também se constrói e reconstrói. Esta realidade permite aos sujeitos impulsionarem novos projetos e novas ideações/objetivações em suas práticas e vivências cotidianas.

Já Arendt (2009) designa as três atividades relacionadas à condição humana: o labor, a ação e o trabalho. O labor é definido, por ela, como a atividade relacionada ao processo biológico do corpo, ou, ainda, ao trabalho do corpo pela sobrevivência. Enfim, a condição humana do labor é a própria vida. A ação corresponde à atividade exercida diretamente entre as pessoas, sem a mediação das coisas ou da matéria. Logo, ela está representada pela condição humana da pluralidade, o que diferencia o ser humano de qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir. Em relação à terceira atividade referente à condição humana, o trabalho, Arendt ressalta que:

> [...] é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, existência esta não necessariamente contida no eterno ciclo vital da espécie, e cuja mortalidade não é compensada por este último. O trabalho produz um mundo 'artificial' de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. Dentro de suas fronteiras habita cada vida individual, embora esse mundo se destine a sobreviver e a transcender todas as vidas individuais. A condição humana do trabalho é a mundanidade (ARENDT, 2009, p. 15).

Segundo a autora, as três atividades, o labor, a ação e o trabalho, e as suas respectivas condições, a vida, a pluralidade e a mundanidade, estão intimamente relacionadas à existência humana. Para ela, o labor assegura a sobrevivência do indivíduo e de sua geração; a ação proporciona condições para o estabelecimento da memória, isto é, da história do sujeito; e o trabalho, acompanhado de seu produto, o artefato humano, oferece certa materialidade, permanência e durabilidade ao tempo e às necessidades de homens e mulheres.

Neste contexto, pode-se dizer que, historicamente, as mulheres sempre trabalharam. Contudo, ocorreu que, sem serem remuneradas, elas ficaram incumbidas das tarefas de reprodução, ligadas ao âmago da vida privada, e os homens, por sua vez, às de produção, vinculadas à vida pública social, "[...] transformando essa rígida divisão sexual do trabalho em natural, própria à biologia de cada sexo" (MASSI, 1992, p.79).

Sendo assim, a divisão sexual do trabalho pode ser descrita como:

> [...] decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (HIRATA; KÉRGOAT, 2007, p. 599).

Essas diferenças biológicas foram adotadas pelo discurso histórico-cultural de cunho naturalista e determinista para explicar e manter contendas sociais e profissionais, de forma a produzir um modo peculiar de subjetividade feminina, profundamente ligada à esfera doméstica e aos ideais de maternidade. Assim, até meados dos séculos XVIII e XIX, a visão elaborada e dirigida às mulheres ainda se relacionava aos papéis domésticos, ao casamento e à criação dos filhos, conforme se pode verificar em:

> O casamento, ao contrário, enobrecia a mulher e abria-se como a única possibilidade de ascensão social, em um tempo que não eram permitidas às mulheres atividades que possibilitassem sua promoção por seu esforço próprio. Apenas através do casamento e da criação de uma família, a mulher podia instituir uma atividade própria ainda que esta área fosse carente de poder político e econômico (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 83).

Ao executarem a supervisão e as atividades do trabalho doméstico, as mulheres passaram grande parte do tempo confinadas ao espaço da individualidade e da vida privada do lar, o que contribuiu para que lhes fosse atribuído, segundo Menegat (2009), um caráter de não trabalho, visto que tais atividades não apresentavam remuneração de qualquer ordem, seja econômica seja de reconhecimento social. Em paralelo, foi percebida, na década subsequente, uma maior participação das mulheres no mercado de trabalho assalariado, de forma a ocuparem, significativamente, os espaços das fábricas. Contudo, essa maior presença feminina no mundo público não passou a ser concebida como fonte de realização pessoal para muitas delas. Para Rocha-Coutinho, isso se deve ao fato de que:

> [...] o trabalho feminino era aceito pela sociedade do século XVIII apenas na medida em que complementava a renda familiar e na medida em que era necessário aos interesses da industrialização crescente no Brasil. Assim, a mão-de-obra feminina se colocava como um exército industrial de reserva, acionado sempre que necessário aos interesses do Estado. E o Estado buscou sempre controlar a atuação da mulher, limitando-a a tipos especiais de ocupações (geralmente educacionais e/ou assistenciais e de prestação de serviços) supervisionados e/ou controlados por homens (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 95).

Nas palavras da autora, o trabalho feminino, apesar de importante para a manutenção da ordem social vigente, continuava a ser percebido como subsidiário ao do homem. Ela ainda argumenta que a divisão sexual do trabalho tem suas raízes no âmbito biológico, passando a ser transportada para a esfera da cultura, onde se mate-

rializa em valores dissonantes, os quais têm possibilitado modos muito particulares de demarcação dos espaços sociais e profissionais a homens e mulheres.

Já a partir da década de 1960, o Movimento Feminista possibilitou espaço para importantes críticas ligadas às práticas sociais pautadas nas relações entre os sexos. Tal Movimento teve como principal proposta desmistificar as raízes naturais e históricas que se tornaram determinantes para a elaboração de uma visão fragmentada e funcionalista sobre homens e mulheres no contexto social, em especial aquelas repercutidas no mundo do trabalho.

No Brasil, o Movimento Feminista abriu espaço para importantes rupturas de paradigmas identitários, de forma a favorecer a criação de um ambiente de debates, que teve como foco primordial os estudos de gêneros. Estes estudos conquistaram lugar privilegiado nas universidades, ao discutir o tema trabalho e ao ter como primeiro alvo de análise as mulheres trabalhadoras e carentes. Naquele momento, as pesquisas acadêmicas estavam voltadas às situações vividas pelas mulheres nos diferentes espaços e conjunturas laborais, dentre os quais destacam-se: a existência das duplas jornadas, os baixos salários pagos a elas e a inferiorização feminina em cargos de chefias. Tais pesquisas se fizeram com base as concepções respaldadas pelos estudos de gêneros.

Como demonstra Scott (1995), o termo gêneros surgiu na tentativa de designar as relações sociais entre os sexos. Assim, salienta a autora que:

> No seu uso mais recente, o termo gênero parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir na qualidade fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como 'sexo' ou 'diferença sexual' [...] Nos Estados Unidos, o termo gênero é extraído tanto da gramática, do uso da linguística, quanto dos estudos de sociologia dos papéis sociais designados às mulheres e aos homens. Embora os usos sociológicos de 'gênero' possam incorporar tônicas funcionalistas ou essencialistas, as feministas escolheram enfatizar as conotações sociais de gênero em contraste com as conotações físicas de sexo (SCOTT, 1995, p. 86).

Visto como um conceito plural e fundamentado em analogias históricas e sociais, as relações de gêneros se estabelecem, segundo a autora, mediante três principais características: como dimensão relacional, como construção social da diferença entre os sexos e como campo primordial onde se articulam as relações de poder. Para Scott (1995), a dimensão relacional e a construção social da diferença entre os sexos se referem às categorias de análise histórica, votadas às problematizações de como são estabelecidos os comportamentos ditos masculinos e femininos na sociedade. Assim, os gêneros se resumem, segundo a autora, na "[...] maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado" (SCOTT, 1995. p.86).

No que se refere às relações de poder, Foucault (2000) salienta que não existe algo unitário ou global que possa ser chamado de poder, mas formas díspares e heterogêneas em constante transformação, uma prática social constituída historicamente. Em suma, o poder não se encontra fixo em um local específico da estrutura social. Ao contrário, ele funciona, segundo Foucault (2000), como uma rede de dispositivos que caracteriza uma relação também marcada por mecanismos de resistências. No caso estudado, tais pressupostos ligados às artimanhas do poder apresentam-se da seguinte maneira: de um lado, refletem o crescimento da presença feminina no mercado de trabalho brasileiro e, de outro, vem demonstrar que tal crescimento encontra-se, em grande parte, marcado por alguns atrasos e importantes permanências de marcas de gêneros.

Esse fato se vê alentado pela demarcação do mercado de trabalho que tem dirigido às mulheres, sobretudo às pobres e negras, aos grupos de mão-de-obra secundária, marcados pelos baixos salários, desqualificação e instabilidade profissional e invisibilidade social. Destarte, a questão estrutural sobre o caráter do trabalho feminino tem possibilitado a discussão das formas históricas e culturais da divisão sexual e social do trabalho, conforme apontam as pesquisas de Saffioti (1976), autora que se destaca pela análise dos fatores de gêneros, classes e raças/cores e pelos reflexos históricos que essa tríade tem deixado transparecer na trajetória trilhada pelas mulheres em diferentes contextos brasileiros.

Logo, ao se problematizar o conceito de classe, Thompson (1992) destaca:

> Por classe, entendo um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma estrutura, nem como uma categoria, mas como algo que de fato acontece nas relações humanas. Mais do que isso, a noção de classe contém a noção de relação histórica [...]. Essa relação vem sempre corporificada em pessoas reais e num contexto concreto (THOMPSON, 1992, p.67).

Sob o ponto de vista econômico e social, observou-se que, durante as décadas de 1980 e 1990, o Brasil presenciou significativas transformações, marcadas por períodos alternados de inflação e estabilização da moeda. Nesse momento, a reestruturação da economia brasileira esteve ligada à perda significativa de postos de trabalho nos setores formais da economia e pelo consequente aumento dos modelos mais precários de contratação profissional – o assalariamento sem carteira assinada, o trabalho autônomo e a queda dos rendimentos econômicos pelo trabalho –, fatores que influenciaram, diretamente, as famílias e muitos cidadãos brasileiros, de maneira especial as mulheres que passaram, em pleno momento de crise econômica no país, a participar das analogias envolvendo o mundo do trabalho não restrito ao lar.

Alavancadas pelas (re)configurações econômica, familiar e social do período vigente, as mulheres passaram a exteriorizar muitos de seus desejos, os quais se centravam na construção de um projeto identitário não ligado ao plano doméstico e aos ideais de maternidade, conforme atestam os estudos de Emídio e Castro (2010).

Neste contexto, surgem no Brasil as novas alternativas de trabalho, representadas pelo declínio do número de empregos formais, com direitos e garantias previstos em lei, pelo desemprego e aumento da informalidade em muitos setores da economia. É, pois, nesse contingente que o trabalho feminino passou a ocupar um importante papel na atividade econômica do país e na nova manutenção da ordem doméstica e familiar brasileira, iniciada em fins do século XX.

DO PRIVADO DO LAR AO PÚBLICO DO TRABALHO REMUNERADO: NOVAS PRÁTICAS E VELHAS CONTINUIDADES

Até meados do século XX, os ideais de maternidade e de concepções ligadas ao lar mantiveram seus reflexos na sociedade brasileira, colaborando não somente para a manutenção da ordem familiar-doméstica, como também para a formação de um princípio pedagógico que se estendeu ao registro das primeiras profissões ocupadas pelas mulheres no país. Para Rocha-Coutinho (1994), tais profissões se mostraram carregadas de marcas geradas por representações que se estendiam, por conseguinte, aos trabalhos assistenciais e educacionais, como os de enfermeira e professora, considerados tipicamente femininos por estarem ligados essencialmente aos papéis maternos e de cuidados. Mais precisamente com o advento das guerras mundiais, sucedidas entre os períodos de 1914-1918 e 1939-1945, as mulheres, em especial àquelas pertencentes às classes menos abastadas, passaram a participar diretamente da esfera pública, antes reservada aos homens.

Na visão de Arendt (2009) os termos público e privado se relacionam a importantes territórios de expressão das representações, sobretudo as que tangem à concepção de feminino e masculino nos domínios da sociedade. Ao realizar uma análise mais remota desses dois termos, a partir da concepção grega, a autora ressalta, de um lado, o público como um meio de referência à construção da identidade e expressão do sujeito e, de outro, como espaço que poderá ser escutado por todos/as, ao apresentar máxima publicidade e tornar-se comum às pessoas. Logo:

> [...] o termo público significa o próprio mundo, à medida que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele. Este mundo, contudo, não é idêntico à terra ou à natureza como espaço limitado para o movimento dos homens e condição geral da vida orgânica. Antes, tem a ver com o artefato humano, com o produto de mãos humanas, com os negócios realizados entre os que, juntos habitam o mundo feito pelo homem [...]. A esfera pública, enquanto mundo comum, reúne-nos na companhia uns dos outros e, contudo, evita que colidamos uns com os outros, por assim dizer (ARENDT, 2009, p. 62).

O privado, por sua vez, é definido pela autora como local de privação e necessidade, bem como um espaço pertinente à manutenção da vida, o labor, tido como o trabalho do próprio corpo em busca da sobrevivência física. Enfim, o privado, nas palavras de Arendt (2009), remete aos fatos e às coisas que devem ser ocultas pelos/dos indivíduos.

Essas considerações possibilitam trilhar um caminho de entendimento sobre as permanências e rupturas referentes à participação feminina no mundo do trabalho assalariado. Estudos recentes, como aqueles enfatizados por Bruschini (2007), vêm revelar novas configurações do trabalho e na situação feminina no mercado laboral brasileiro em fins do século XX e início do século XXI. Tal estudo demonstrou que, apesar dos progressos ocorridos em relação à maior inserção das mulheres nos setores formais da economia, ainda continua a se manter os denominados guetos ocupacionais femininos no país. Estes guetos, por sua vez, encontram-se representados pela participação majoritária das mulheres nos serviços de saúde, educação, bem-estar social, humanidades e artes em geral.

Para Hirata e Kérgoat (2007), as causas de tais permanências continuam sendo as análises restritas de sexos/gêneros e as suas ligações íntimas com o capitalismo. Isso porque, mesmo com os avanços conquistados pelas mulheres, continuam a perpetuar as tensões e contradições, as quais evidenciam, fundamentalmente, a conflituosa delegação das responsabilidades familiares como sinônimos do feminino. Outros estudos, como aqueles enfatizados por Bruschini e Lombardi (2002) e, posteriormente, por Bruschini (2007), vêm chamar a atenção para dois pontos significativos: o primeiro se refere à intensa incorporação feminina no mercado de trabalho assalariado; o segundo está representado pela persistência de relações desiguais de emprego, caracterizada pelo alto índice de mulheres em atividades e remuneração precárias no país.

Ao problematizar esse fenômeno, Bruschini e Lombardi (2002) salientam que se devem levar em conta duas posições distintas de análise. A primeira é que as mulheres deixaram de ser apenas uma parte da família para liderá-la em algumas situações, de forma a conjeturar um novo projeto identitário feminino, não recluso aos limites do lar e ao cuidado dos filhos. A segunda posição é que, mesmo estando a ocupar números mais significativos de participação no mercado de trabalho no país, suas atuações ainda acontecem, em grande parte, de forma precária e informal, conforme atesta o estudo de Silva (2011), o qual versa sobre o trabalho de mulheres na reciclagem em um município do interior do Oeste Paulista.

Sob outro prisma, rupturas têm sido observadas em relação ao trabalho feminino, ocorridas desde o final da década de 1980. Uma delas refere-se ao maior acesso das mulheres aos cursos de graduação e técnico-científico, resultando na melhoria do perfil da força de trabalho feminina. Segundo Bruschini e Lombardi (2002), as razões dessas rupturas estariam relacionadas não somente aos fatores econômicos, mas, sobretudo, às transformações culturais, demográficas e sociais, que têm afetado diretamente grande parte das famílias brasileiras. A queda da taxa de fecundidade, o envelhecimento da população, o maior acesso das mulheres às universidades e aos níveis mais elevados de estudos e os novos arranjos familiares, representados pelo crescente número de lares que centralizam as mulheres como seus principais provedores ou coprovedores, são exemplos importantes dessas mudanças, conforme realçam, primeiramente, os estudos de Bruschini e Lombardi (2002) e, posteriormente, os de Hirata e Kérgoat (2007).

Outro aspecto importante em relação ao novo perfil de trabalho feminino se refere à faixa etária e à situação social de grande parte das mulheres trabalhadoras brasileiras. Se, nas décadas de 1970 e 1980, a maioria das trabalhadoras era jovem, solteira e sem filhos, ao final dos anos 1980 e início dos anos 1990, passa a se tornar mais velha, com união afetiva estável e com um número reduzido de filhos. Para Bruschini e Lombardi (2002), as razões dessas mudanças estariam relacionadas:

> A diversificação das pautas de consumo, gerando novas necessidades e desejos, o empobrecimento da classe média e a necessidade de arcar com os custos de educação e saúde, devido à precarização dos sistemas públicos de atendimento, fariam parte desse processo. Contudo, esse aumento também é fruto de um intenso processo de modernização e de mudança cultural observados no Brasil a partir dos anos setenta, do qual faz parte a expansão da escolaridade, à qual as mulheres vêm tendo cada vez mais acesso (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2002, p. 09 -10).

Com o desenvolvimento tecnológico das décadas de 1960 e 1970, os modelos de família baseados nas figuras homem/provedor e mulher/dona-de-casa foram sofrendo significativo declínio. Tal fato se deveu, principalmente, à abertura de novos postos de trabalho que, assumidos pelas mulheres, foram associados à redução dos salários dos homens, constituindo fatores que colaboraram, também, para a maior participação feminina no mercado de trabalho assalariado.

Somando-se a isso, há que se destacar a ascendente inserção feminina nas profissões consideradas de maior prestígio econômico e social, como as carreiras de magistratura e aquelas ligadas à área médica e às engenharias em geral, as quais, apesar de serem consideradas durante muito tempo redutos ocupacionais masculinos, passaram, nas últimas décadas, a concentrar um número significativo de mulheres. A partir dessas considerações, pode-se dizer, com base nos diferentes estudos elencados até o momento, que a população feminina brasileira tem se voltado, desde as três últimas décadas, para o trabalho assalariado, mesmo em meio às nuances e às contradições que ainda permeiam esse processo de trabalho *versus* relações entre os gêneros.

Tal fato também acena para o que Castells (1999) denominou de crise da família patriarcal, na medida em que a supervisão/chefia da casa deixa de ser papel exclusivamente do homem para se tornar também espaço das mulheres, possibilitando a elas, apesar das duplas jornadas, a participação considerável no mercado de trabalho assalariado. Tais aspectos podem ser percebidos nas palavras de Oliveira (2005), ao enfatizar que:

> O modelo de dona-de-casa em tempo integral, tão valorizado ao longo das décadas passadas e que implicava, inclusive, uma situação de *status*, experimentou um crescente esvaziamento. Em contrapartida, o espaço público do trabalho, antes domínio masculino, passou a ser compartilhado por mulheres casadas e mães, que vislumbravam no exercício do trabalho remunerado uma possibilidade de realização pessoal fora do espaço privado da família (OLIVEIRA, 2005, p.124).

Portanto, as figuras de homem/provedor e mulher/dona-de-casa em tempo integral vêm perdendo força, de modo que as mulheres do século XXI estão a romper com as representações de maternidade e domesticidade como elementos essenciais direcionados ao feminino. Essa nova configuração do trabalho reproduz as causas e as consequências dos novos arranjos familiares, salientados tanto por Birman (2007) quanto por Emídio e Castro (2010). Esses arranjos acontecem na medida em que a família passa a ser sustentada não apenas por um provedor, o pai/homem, como também passa a se tornar elemento de um movimento bilateral, em que homens e mulheres detêm importantes contribuições para organização do ambiente doméstico e social.

Não obstante, faz-se necessário destacar que muitas dessas mudanças ainda não conseguiram ser efetivadas socialmente, devido ao fato de muitas mulheres apresentarem dificuldades para desconstruírem os sentidos conferidos pelas representações domésticas e maternas em suas vidas. Menegat (2010) destaca que essas reproduções sociais consistem em artimanhas estabelecidas no seio familiar, local onde são tecidos os modos de subjetivação e os comportamentos tidos como peculiares a homens e mulheres que se apropriam, internalizam e perpetuam tais significados em diferentes contextos históricos e culturais. Portanto, desconstruir essas teias e desatar esses velados "nós sociais" tem sido uma das tarefas mais constantes na vida de muitas mulheres, principalmente no que se refere à criação e ao cuidado dos filhos. Entretanto, esse processo nem sempre consiste em uma tarefa fácil, uma vez que, segundo a autora:

> O soltar de teias em relação aos/às filhos/as não ocorre livre de dilemas porque são atribuições históricas que fazem parte do universo feminino, muitas vezes naturalizadas como funções delas, responsabilizando-as para com essa atuação, o que denota a ideia de que os/as filhos/as são, antes de tudo, filhos/as das mulheres. Essa situação por vezes é mantida por elas próprias, na medida em que potencializam suas atuações nessa posição, como se fossem figuras centrais e fundamentais. Com isso, colocam as atuações dos companheiros numa escala de capacidade inferior no desempenho de ações com o cuidado com filhos/as (MENEGAT, 2010, p. 12).

Esta perspectiva, apontada pela autora, penetra os campos de saber sobre os sexos e os corpos, na medida em que a categorização binária do ser humano passa a ser uma identidade passível de dissolução, amparada nas análises que envolvem os gêneros. Constituídas em práticas discursivas e históricas, tais desigualdades, que marcam a condição social das mulheres, passam a ser consideradas mediante a naturalização das diferenças entre os sexos, conferindo papéis sociais e desigualdades a homens e mulheres no mundo do trabalho. Exemplo disso são as duplas jornadas laborais desempenhadas pelas mulheres, representadas pela execução das tarefas diárias domésticas, do ser mãe e profissional. Há também que ser mencionados os baixos salários pagos a muitas delas e a menor participação feminina em cargos de chefia, conforme se pode verificar nos estudos de Bruschini (2007) e de Hirata e Kérgoat (2007).

Se, no contexto público, importantes rupturas de gêneros vêm sendo efetivadas, no contexto privado, muita coisa ainda continua igual, uma vez que (co)existem as

diferenças sociais que contribuem para o acúmulo do trabalho feminino no lar. Sobrecarregadas no espaço doméstico, muitas mulheres, em especial àquelas de menor poder aquisitivo, passam a apresentar índices mais baixos de atividade produtiva, se comparadas à população feminina de classes média e alta, colaborando para suas inserções e permanências em trabalhos pouco reconhecidos econômica e socialmente e no âmbito dos direitos previstos em lei.

Este descompasso deixa transparecer importantes traços ligados às práticas sociais de gêneros, classes e raças/cores que, por sua vez, dificultam os novos olhares dirigidos às mulheres no âmbito do mercado de trabalho brasileiro. Entretanto, não se pode negar que importantes rupturas têm sido observadas na vida de muitas mulheres, ainda que tênues, contribuindo para a construção de relações menos hierarquizadas de gêneros, as quais tendem a ser edificadas mediante processos de constantes questionamentos, em analogia às redefinições e às manutenções de antigas desigualdades sociais entre os sexos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os aspectos voltados aos estudos de gêneros e do trabalho, pode-se afirmar que a significativa participação das mulheres no mercado profissional e, consequentemente, as melhores possibilidades de inserção feminina na vida pública não foram relevantes para que se pudesse pensar em igualdade de gêneros, ou ainda, em relações sociais e profissionais mais democráticas entre homens e mulheres. Muitas dessas convergências ainda continuam, de certa forma, determinantes no curso das analogias e das práticas sociais estabelecidas de acordo com os sexos. No contexto do trabalho assalariado, apesar dos avanços conquistados pelas mulheres, rupturas necessitam ser efetivadas, sobretudo quando referendados os baixos salários e a menor participação feminina em cargos de chefia e/ou em carreiras consideradas de maior prestígio econômico e social.

Entretanto, esses aspectos não devem ser analisados somente pelo viés dos estudos de gêneros e do trabalho. Outros aspectos, como as questões de classes e raças/cores, possibilitam críticas pormenorizadas dos fatores que envolvem a participação feminina no mundo do trabalho, ligados ao âmago da vida privada e pública. Ademais, é preciso lembrar que o contexto doméstico, considerado historicamente o reduto feminino por excelência, continua a ser o lugar onde as assimetrias de poder sobre os sexos parecem ganhar contornos menos visíveis de mudanças, apesar de muitas delas estarem sendo efetivadas gradualmente desde o final do século XX.

A sociedade tem se transformado, ainda que de forma muito lenta e resistente à mudança de velhos paradigmas. Teorias têm sido reformuladas, de tal forma a já apresentar outra visão em relação à participação feminina no mundo do trabalho. Tudo isso deve-se à luta de muitas mulheres por melhores condições de inserção social e de

igualdade de participação no mundo do trabalho, seja ele privado ou público. Embora uma parcela das mulheres esteja engajada nos espaços públicos da sociedade, muitas delas ainda buscam melhores condições de trabalho com direitos e garantias previstos em lei e equidade de participação social e laboral. É, pois, nessa conjuntura que as mais importantes rupturas deverão ser efetivadas, a fim de que o espaço do trabalho não seja o local por excelência de exercício de poder e lugar onde imperam antigas e novas tensões entre os gêneros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBORNOZ, Suzana. *O que é trabalho?* São Paulo: Brasiliense, 1994.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho*: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Cortez, 1995.

ARENDT, Hannah. *A condição humana.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

BIRMAN, Joel. Laços e desenlaces na contemporaneidade. *Jornal de Psicanálise.* São Paulo, v.40, n.72. jun/2007.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX. *Cadernos Pagu:* desafios da equidade. v.17/18. 2002.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cadernos de Pesquisa.* v.37. n.132. set-dez/2007.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

EMÍDIO, Thassia Souza; CASTRO, Matheus Fernandes de. A interface família e trabalho: um breve resgate de uma antiga relação. In: HASHIMOTO, Francisco (Org). *Psicologia e Trabalho:* desafios e perspectivas. Assis: UNESP, 2010.

FOUCAULT, Michael. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: GRAAL, 2000.

HIRATA, Helena; KÉRGOAT, Daniéle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa.* v.37. Ano 132. set-dez/2007.

MASSI, Marina. *Cotidiano e imaginário.* Rio de Janeiro: Imago, 1992.

MENEGAT, Alzira Salete. *No coração do Pantanal*. Assentados na lama e na areia: as contradições entre os projetos do Estado e dos assentados no assentamento Taquaral - MS. Dourados: Editora da UEMS/UFGD, 2009.

MENEGAT, Alzira. *Mulheres assentadas e acadêmicas construindo novos pertencimentos sociais.* 2010. [Mimeo].

OLIVEIRA, Zuleica Lopes Cavalcanti de. A provisão da família: redefinição ou manutenção de papéis? In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (Orgs.). *Gênero, família e trabalho no Brasil.* Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lucia. *Tecendo por trás dos panos:* a mulher brasileira nas relações familiares. São Paulo: Rocco, 1994.

SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. *A Mulher na sociedade de classes:* mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade.* Porto Alegre: UFRGS, v.20, jul-dez/1995.

SILVA, Luciana Codognoto. *Histórias de Mulheres Catadoras*: ambiguidades, gênero e representações. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Dourados, 2011.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado:* história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Artigo recebido em: 18/11/2013

Artigo aprovado em: 12/12/2013